

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A OFERTA DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO MUNICÍPIO DE TERESINA (PI): um estudo a partir do Censo SUAS

Katryne Costa de Oliveira¹

Teresa Cristina Moura Costa²

RESUMO

O estudo problematiza a oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para as pessoas idosas no município de Teresina (PI). Para tanto, utilizou revisão de literatura e análise documental do Censo SUAS no período de 2020 a 2022, para entender a relação Estado e sociedade na formalização das parcerias e na execução do SUAS e as tendências gerencialistas que permeiam essas ofertas. O estudo revelou a predominância das ofertas privadas, em detrimento das ofertas públicas. No entanto, tais ofertas são em sua maioria subsidiadas pelo Estado por meio de parcerias, marca da gestão neoliberal de fomentar o privado e enfraquecer a oferta pública.

Palavras-chave: Política Pública 1. Gerencialismo 2. Serviço de Acolhimento Institucional 3.

ABSTRACT

The study problematizes the offer of the Institutional Reception Service for the elderly in the city of Teresina (PI). To this end, it used a literature review and document analysis of the SUAS Census from 2020 to 2022, to understand the relationship between the State and society in the formalization of partnerships and in the execution of the SUAS and the managerial tendencies that permeate these offers. The study revealed the predominance of private offerings, to the detriment of public offerings. However, such offers are mostly subsidized by the State through partnerships, a mark of the neoliberal management of promoting the private sector and weakening the public offer.

Keywords: Public policy 1. Managerialism 2. Institutional Reception Service 3.

1 INTRODUÇÃO

¹ Acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI); integrante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica; voluntária do Programa de Educação Tutorial (PET- integração); membro do Grupo de Estudo de Políticas da Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS). E-mail: Katrynecosta09@gmail.com

² Assistente Social. Doutora em Serviço Social (UFPE). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Pesquisadora membro do Núcleo de Pesquisa sobre Estado e Políticas Públicas e do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS). Projeto "GERENCIALISMO E GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE TERESINA (PI): uma análise das parcerias com as organizações da sociedade civil como estratégia de implementação dos serviços socioassistenciais". Orientadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/UFPI. E-mail: tcmcosta@ufpi.edu.br

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O envelhecimento dentro da sociedade capitalista é considerado um fenômeno complexo que ocorre de forma heterogênea, marcado pelo contexto social em que se insere, pelas questões físicas e psicológicas (TEIXEIRA, 2019). Nesse viés, o modo como as classes têm acesso aos bens e serviços produzidos no mundo revela como estes vão envelhecer. No contexto atual, a população tem alcançado cada vez mais o patamar da longevidade, em função dos avanços da ciência e do acesso a serviços públicos, entre as quais destacam -se os Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nos serviços ofertados pelo SUAS, encontra-se o Serviço de Acolhimento Institucional, ofertado na modalidade de Abrigo institucional/Instituição de Longa Permanência e Casa-Lar com o objetivo de acolher as/os idosas/idosas afastadas/os do convívio familiar seja por situações de violência, grau de dependência e/ou por não possuir rede de apoio familiar. Tais serviços podem ser ofertados diretamente pelo poder público ou em parceria com a rede privada do SUAS.

O trabalho tem como objetivo discutir a oferta dos Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas idosas em Teresina (PI). O estudo é de natureza exploratória e descritiva. Foi construído a partir de revisão de literatura com vistas a alcançarmos o aprofundamento teórico das categorias Política social e Gerencialismo. Entre os autores estudados destacam: Behring e Boschetti (2017), Farias (1997), Souza Filho e Gurgel (2016), Cunha et. All. (2021), Yazbek (2001), Montañó (2004), Faleiros (2000), Vieira (2020), Texeira (2019, 2020) e Cunha (2018).

Além disso, utilizou a pesquisa documental, particularmente o Censo SUAS de 2020 a 2022, na perspectiva de identificar as ofertas dos serviços no município de Teresina e a composição do seu financiamento.

Para tanto, o relatório segue estruturado com uma contextualização sobre política social sob a égide da gestão neoliberal e, na sequência apresenta dados do Censo SUAS de Teresina (PI) que ilustram a oferta do serviço de Acolhimento Institucional no município.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2 A POLÍTICA SOCIAL NO ESTADO CAPITALISTA SOB A ÉGIDE DO NEOLIBERALISMO E DO GERENCIALISMO

A origem da política social dentro da sociedade tem relação com o desenvolvimento do sistema capitalista e as consequências geradas para a população excluída da repartição das riquezas produzidas. As Revoluções Industriais, o avanço no modo de produção capitalista e a superexploração da força de trabalho, impõem para a classe trabalhadora intensas mudanças no exercício do trabalho e nos mecanismos de reprodução social.

Na busca por obtenção de mais lucro, as relações desiguais existentes entre empregado e empregador provocam a reação da classe trabalhadora que passa a denunciar a crescente pobreza e a chamar o Estado para intervir na chamada “questão social”. As primeiras leis trabalhistas, inspiradas nas legislações inglesas e regidas pelo liberalismo, colocavam o trabalho como mercadoria e única exclusiva fonte de renda, em que a regulação ocorreria pelo livre mercado (BEHRING; BOSCHETTI, 2017).

Nesse viés, pontua-se que o Estado se afirmando “como árbitro e promotor de um espaço político de negociação” (FARIAS, 1997, p.15) se dispõe a agir dentro da sociedade, para garantir o acúmulo de capital. As intervenções do mesmo no atendimento às várias expressões da questão social, sob o viés liberal, se deram em medidas que forçavam a inserção no trabalho, e ainda lançava a assistência aos pobres ao domínio da filantropia, já que as leis distinguiram os pobres mercedores ou não dos auxílios e benefícios (BEHRING; BOSCHETTI, 2017).

Cabe destacar que a compreensão de Behring e Boschetti (2017) que entende como questão social as desigualdades existentes no mundo regido pela produção capitalista. Segundo Yazbek (2001), suas diferentes expressões se mostram na pobreza, fruto da relação desigual entre trabalhador e empregado, na “exclusão integrativa”, em que somente parcela da população é atendida e na subalternidade dos setores pauperizados que sofrem com a exploração através de grupos dominante.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Somente a partir da crise de 1929, é que a direção das políticas sociais ganha novos rumos, passando da perspectiva assistencialista e seletiva para uma direção mais universalista. Conforme Behring e Boschetti (2017) o período de estagnação na economia denunciava as bases liberais e os limites do mercado sob a direção da mão invisível. Então, como forma de reaver o acúmulo de capital era necessário que ocorresse a reativação do emprego e o consumo, a quais as políticas sociais assumiram um importante papel.

Assim, sob um novo modelo de reestruturação econômica, a população vivencia os chamados “anos de ouro”, em que a política social passa a estar subordinada ao arquétipo “keynesiano-fordista-assistencial-burocrático”. Esse novo padrão constitui-se do aparato estatal se responsabilizando pelo consumo agregado e assistência às necessidades da população, pelo sistema de padronização e durabilidade das mercadorias, combinado a racionalidade das formas de trabalho, negociações e uma forte estrutura burocrática para operar as políticas públicas (FILHO; GURGEL, 2016).

Contudo, com as crises inerentes ao capital, entre o final dos anos 60 e início dos anos 70, se torna impossível manter o mesmo regime visto nos pós crise de 29. Com a economia novamente desestabilizada os acordos que são feitos, que universalizam as políticas de tal forma que beneficia a economia e o sistema de bem-estar coletivo entra em falência.

A crise do petróleo exige do Estado um novo posicionamento de ações e redimensionamento de suas prioridades no que tange ao financiamento público. Nesse contexto, pressionado pelas classes médias, o governo passa a diminuir os gastos, limitando os serviços sociais e buscando novas formas de implementação das políticas (FARIAS, 1997).

Diante desse escopo, as teses neoliberais ganham aderência para reestruturar o papel do Estado. Os movimentos de contrarreforma dos anos 80, direcionadas pelo liberalismo, passam a alterar a base tecnológica, o acordo com os trabalhadores e a

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



atuação do Estado que antes possibilitará a formação das políticas sociais nos moldes social-democratas (BEHRING; BOSCHETTI, 2017).

Contudo, mesmo com a reorganização da produção e reprodução do trabalho posto pelas reformas na década de 1980, a crise ainda era visível e com ela os resultados negativos para a classe trabalhadora e as políticas sociais no século XXI.

No Brasil, tão somente com a expansão do fordismo e a internacionalização da economia brasileira, que favorecia o crescimento, vislumbramos o aumento da cobertura da política social. É durante a ditadura militar, que para o Estado se legitimar, enxergamos um período de expansão e modernização das políticas sociais na área da saúde, previdência e assistência (BEHRING; BOSCHETTI, 2017).

Contudo, com a crise mundial do capitalismo e o endividamento externo nos anos 70 não demorou para que o Brasil vivenciasse o declínio do controle social, posto a partir do milagre econômico na era ditatorial. Mesmo o Brasil tentando fugir da crise econômica e garantindo a industrialização e a urbanização por meio da “modernização conservadora”, se tornou insustentável o modelo das políticas sociais com tendências mais universalizantes (FILHO; GURGEL, 2016).

Assim, o que se reserva para o Brasil são inúmeras consequências, como o “empobrecimento, crise nos serviços sociais públicos, desemprego, aumento da informalidade da economia e favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2017, p. 192) que complexifica o tecido social possibilitando o retorno à democracia, mas também novas formas de reestruturação capitalista sob os ideais neoliberais.

A gestão de políticas públicas, realizadas pelo Estado para administrar as ações sociais, aqui com cunho de política e não de caridade, são o que forma o sistema de proteção social dentro das sociedades de modo de produção capitalista (CUNHA et. al., 2021).

Nesse âmbito, o Estado brasileiro que adotou ao longo dos anos outros modelos de organização das ações do Estado como o patrimonialismo, ainda no contexto colonial e a gestão burocrática, nos anos 30, convive atualmente, em

PROMOÇÃO



APOIO



concomitância, com a Administração Pública Gerencial. Para Cunha (et. al., 2021, p.181)

Essa gestão gerencial propõe modelos de gerenciamento da iniciativa privada, tais como a chamada qualidade total e a reengenharia, que buscam gerir as organizações com baixo custo, qualidade de atendimento e velocidade, por meio da redução de níveis hierárquicos, terceirização de algumas atividades e uso de tecnologias de informação (CUNHA et. al., 2021, p.181)

Regida pela lógica de redução dos gastos com as classes subalternas, o gerencialismo na tentativa de aumentar a governança do Estado introduz métodos e técnicas de gestão privada postos a partir do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado - PDRAE- formulado por Bresser-Pereira, Ministro da Administração e Reforma do Estado do Governo FHC.

Nesse viés, o trato a questão social, passa a estar sob uma intervenção focalizada, privatizada e descentralizadora, o chamado trinômio neoliberal (BEHRING; BOSCHETTI, 2017). Nessa lógica, a política social, quando submetida a ação estatal se tornam focalizadas/seletiva, precárias e passíveis de clientelismo na medida em que atende somente uma parcela das demandas dos indivíduos. Assume também o caráter mercantil, quando os serviços desenvolvidos por empresas privadas se tornam mercadorias para gerar lucro ou terceirizada quando são repassadas ao âmbito do terceiro setor com ações filantrópicas destinados aos indivíduos não atendidos pelos casos anteriores (MONTAÑO, 2004).

Esse investimento no campo da privatização, focalização e descentralização como forma de transferência de suas responsabilidades transforma as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias, em que a universalização dos direitos fica no campo secundário, enquanto a recuperação do lucro no campo primário.

3 A REALIDADE DA OFERTA DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM TERESINA (PI)

Envelhecer dentro do contexto em que vivemos, de busca por maiores lucros e desmonte da política a partir da privatização, re-mercantilização, re-filantropização e precarização da coisa pública (MONTAÑO, 2004, p.3-4) é um processo marcado

PROMOÇÃO



APOIO





por desafios de ordem individual, mas também coletiva.

Para a classe trabalhadora, que sempre foi marcada pela superexploração, trabalhos precários, falta de acesso aos serviços de saúde, educação, lazer e cultura, a velhice se torna muitas vezes uma fase negativa e indesejável. Pois,

na sociedade capitalista onde impera a lei do mercado, da competição, da produtividade e do lucro, os gerontes são vistos, para muitos, como descartáveis e improdutivos pelo fato de não participarem mais diretamente da esfera de produção e de geração de rendimentos financeiros” (CUNHA, 2018, p.30).

A forma como se perpetua os modos de reprodução da classe proletária dentro do sistema de capital, agrava mais ainda a chegada a senectude, impedindo-os de envelhecer de forma digna e com qualidade de vida. Teixeira (2019) ao considerar a fase da velhice como um processo biopsicossocial, heterogêneo e complexo dentro da sociedade atual, afirma que,

O envelhecimento não é apenas um processo marcado por diferenças e aparências, mas também por desigualdades sociais. Essas, em uma sociedade de classes e da competição como mola propulsora, marcam a trajetória dos indivíduos e o modo como envelhecem, que se acentuam ainda mais na velhice, tomados como um problema para as políticas públicas, para as novas gerações e para a sociedade, especialmente a dos mais pobres, que não podem comprar os serviços no mercado (TEXEIRA, 2020, p.144).

Na realidade Teresinense, tais desafios enfrentados pelo público idoso se acentuam na qualidade de vida que estes levam e em como as políticas públicas de atendimento às suas necessidades físicas, psicológicas e sociais são ofertadas.

Sendo o idoso esse ser complexo e heterogêneo, marcado por suas relações e individualidades e perpassado por questões econômicas, sociais e políticas, deve-se estar atento para cada uma dessas particularidades como forma de melhor responder às diversas questões que permeiam a vida destes indivíduos.

Dessa forma, de acordo com a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, cabe ao Estado o provimento das políticas sociais públicas que atendam às diferentes necessidades desse segmento. No âmbito do SUAS, a oferta do Serviço de Acolhimento Institucional é prevista para as/aos idosos que necessitam de acolhimento integral, pela situação de violação de direitos e/ou de privação do convívio familiar e impossibilidade de cuidar de si.

De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social, as ofertas do SUAS

PROMOÇÃO



APOIO

podem acontecer ditetamente ou em parceria com as Organizações da Sociedade Civil, que entra como rede complementar na oferta de serviços, programas e projetos, para garantir o direito à proteção social (BRASIL,2004).

Todavia, o Estado, ao estabelecer as parcerias com as organizações da sociedade civil se mantém na linha de gestão das ações sociais, atribuindo maiores responsabilidades as organizações não governamentais.

Em Teresina, vislumbramos essa lógica nos serviços ofertados nas unidades de acolhimento institucional para os idosos. De acordo com os dados do Censo SUAS, de 2020 a 2022, o Serviço de Acolhimento Institucional, previsto na Tipificação, são implementados por organizações governamentais (OG's) e organizações não governamentais (ONG's).

Natureza das unidades de acolhimento

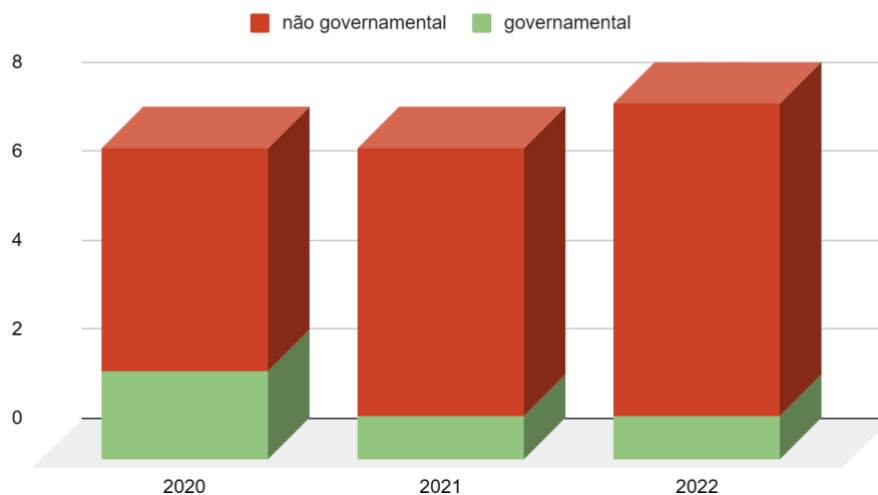


Gráfico 1 – Natureza das unidades de acolhimento

Fonte: elaboração própria mediante dados do Censo SUAS

De acordo com o gráfico que traz a relação da quantidade de organizações de natureza governamental e não governamental, no ano de 2020 e 2021 temos um total de 7(sete) unidades de acolhimento, enquanto em 2022, temos um total de 8 (oito) unidades. Ao voltarmos a atenção para a natureza dessas unidades ao longo desses anos, vemos que o ano de 2020, das 7 (sete) unidades, 5(cinco) são não governamentais e 2 (duas) são governamentais. Vale ressaltar que 2020 foi um ano pandêmico de isolamento, tal acontecimento fez abrir um abrigo institucional de

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



caráter emergencial que nos outros anos não prevaleceu.

Em 2021, das 7(sete) unidades, 6 (seis) são ONG's e 1 (uma) se configura como Organização Governamental. Com relação ao ano anterior, coloca-se que a instituição governamental de caráter emergencial foi fechada e outra abriu com a mesma natureza. Contudo, das que já tinha e que eram de caráter governamental, uma nesse ano passou a ser não governamental, configurando assim uma diminuição das unidades de acolhimento institucional implementadas pelo governo.

O ano de 2022, quando comparado ao anterior, revela que houve aumento das unidades de acolhimento, passando de 7(sete) para 8 (oito) e destas, 7(sete) eram não governamentais e 1(uma) governamental, ou seja, a nova unidade de acolhimento que foi aberta ocorreu por meio das organizações da sociedade civil, visto que o número de barra das OG's permanece inalterado enquanto a barra das OSC's mostra um aumento.

Observa-se então que os serviços das unidades de acolhimento que deveriam ocorrer por via da política pública têm sido implementados na sua grande maioria pelas OSC's, seguindo a lógica neoliberal. A nova forma de gestão das políticas sociais, por via do gerencialismo, não apenas precariza o serviço, que muitas vezes não tem financiamento adequado para subsidiar um espaço adequado para realizar o acolhimento como previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Sociassistenciais, como também afeta o modo ideal desses terem acesso a um viver digno.

Tal apontamento fica mais evidente quando observamos o gráfico abaixo que revela as unidades de acolhimento com Termo/convênio de parceria com o poder público.

PROMOÇÃO



APOIO



Unidades de acolhimento com termo/convênio de parceria com o poder público

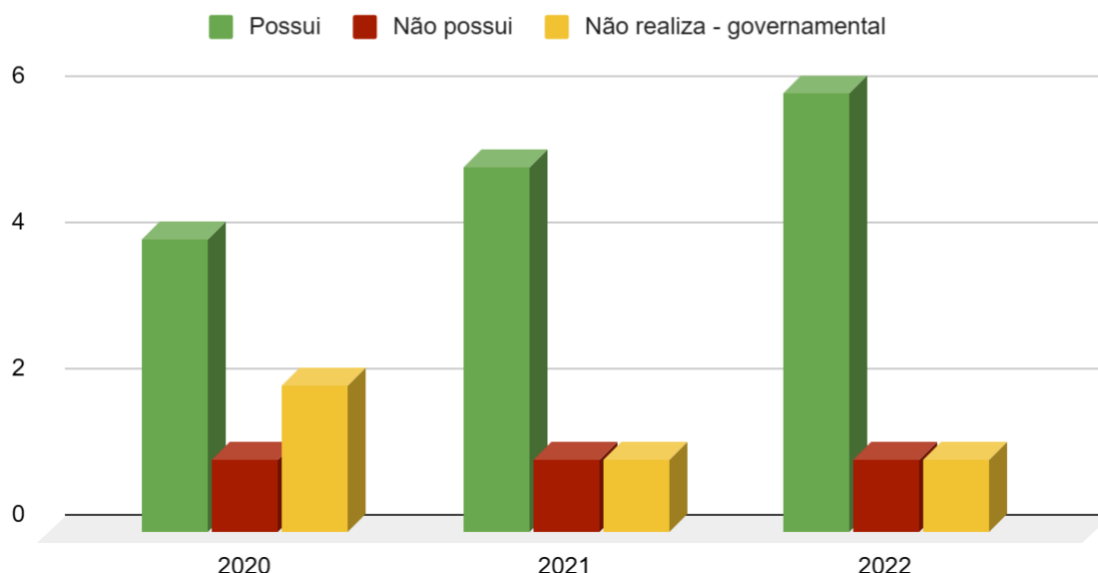


Gráfico 2 – Unidades de acolhimento com termo/convênio de parceria com o poder público

Fonte: elaboração própria mediante dados do Censo SUAS

Segundo o gráfico, de 2020 a 2022 das unidades de acolhimento que o município de Teresina possui parceria com o poder público: em 2020, do total de 7(sete) instituições, 4(quatro) possuíam parceria com o poder público; 1(uma) não possuía parceria; 2 (duas) não realizava parceria, sendo elas de caráter governamental. Em 2021 das 7 (sete) unidades de acolhimento, 5 (cinco) possuíam parceria com o poder público; 1(uma) não possuía parceria; 1(uma) não realizava por ser governamental. Em 2022, das 8(oito) unidades de acolhimento que temos, 6 (seis)possuíam parceria com o poder público; 1(uma) não possuía parceria; 1(uma) não realizada por ser do governo.

Tais parcerias, se ocorresse de modo integralizado, primando pelo cuidado aos idosos, e com divisões homogêneas entre a sociedade civil e o Estado, como consta na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) não seria maléfico, antes contribuiria para a proteção ao idoso trazendo “mais agilidades, eficiência, e participação em certos setores” (FALEIROS,2000, p.67).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Mas, o que ocorre na proteção social dentro desse contexto de desmonte é responsabilização de todos, no financiamento, na sua oferta de serviços, no voluntariado, nas parcerias público-privadas, sobrando ao Estado apenas o atendimento aos mais pobres, ficando para o mercado, as OSC's e as famílias a responsabilidade nos cuidados (VIEIRA, 2020)

Os convênios/parcerias que existem mostram o esvaziamento da coisa pública por meio da publicização. Faleiros (2000) pontua que esse “novo contrato” social, por via da colaboração entre o governo e a sociedade civil, embora possa entrar como rede complementar, por si só não assegura a garantia dos direitos universais.

Enquanto o Estado se configurar com a face do liberalismo formal como fundamento e o sistema patrimonial para garantir os privilégios e manutenção da ordem dominante, as políticas sociais sempre estarão sob a ameaça de desmonte, sendo atravessadas pelo viés assistencialista, de ordem pontual e compensatório; privatizado, mercantilizando os serviços para quem pode pagar; e precarizado, onde o que é público sofre com o desfinanciamento. ´

3 CONCLUSÃO

Na atualidade, a forma como o sistema capitalista rege a sociedade, por via da superexploração e ausência da repartição das riquezas produzidas no mundo, gera pobreza e inaccessibilidade ou acesso inadequado aos bens e serviços que encontramos disponíveis no mercado.

A classe trabalhadora, é a principal afetada. A mundialização do capital sofre desde o ingresso no trabalho precário, até a forma como se reproduz ao longo da vida em termos de saúde, educação, lazer, cultura e moradia que são perpassadas pelas insalubridades, falta de estrutura e diversas vulnerabilidades ocasionada pelo regimento desse sistema que prima pelo lucro ao invés do bem-estar populacional.

Dessa forma, envelhecer diante desse contexto é estar sujeito as diversas tensões entre o capital e o trabalho e as reverberações negativas que repercute na classe proletarizada.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Mesmo a velhice sendo natural ao ser humano, ela historicamente assume características singulares para as classes que possuem ou não poder aquisitivo. Por isso a complexidade ao se falar da última fase da vida, que traz uma trajetória de envelhecer não apenas no aspecto físico, mas também no psicológico e social.

Sendo então esse processo biopsicossocial, com anseios particulares em cada área, urge a necessidade de um Estado interventor que olhe para as mazelas societária com maior comprometimento na implementação, oferta e execução de serviços para as demandas postas pela população, que hodiernamente sofre com a precariedade dos serviços, dificultando na obtenção de uma qualidade de vida ideal, uma vez que são subfinanciadas e relegadas as organizações da sociedade civil para execução e financiamento das atividades realizadas.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2017, p. 63 - 264.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004. Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, novembro de 2005.

CUNHA, Juciara de Lima Linhares. **Envelhecimento e Política de Assistência Social em Teresina - PI: os direitos dos idosos na proteção social básica**. 2018. 131 f.;il. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Piauí, 2018. p.14-67.

CUNHA, M. G. N; BORDIN, E. B; BESUTTI, Lisiane. Gestão e Planejamento Numa Perspectiva Crítica: Particularidades No Trabalho Do Assistente Social. **In: Serviço Social, Economia Política e Marxismo**. Org: Jane Cruz Prates, Carlos Nelson dos Reis e Roberta Ferreira Coelho de Andrade. Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2021. p. 175-196.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista**. 8, ed. rev.- São Paulo, Cortez, 2000. p. 59-84.

FARIAS, Pedro César Lima de. F224s **A seguridade social no Brasil e os obstáculos institucionais à sua implementação**. Brasília: MARE/ENAP, 1997.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



FILHO, Rodrigo de Sousa; GURGEL, Claudio. **Gestão Democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica.** - São Paulo: Cortez, 2016. - (Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 7). p.124 -187

MONTAÑO, C. E. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do terceiro setor.** Lutas Sociais, (8), 53-64. 2004.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado. **Rev Ser. Soc. Soc.** São Paulo, n. 137, p. 135-154. jan/abr. 2020 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.205> Acesso: 20/05/23.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e a Proteção da Assistência Social.** 16º Congresso Brasileiro de Assistência Social. Brasília (DF, Brasil), 2019.

VIEIRA, Nayara de Holanda. **O envelhecimento e as especificidades do cuidado na política de assistência social: análise do desenho do serviço em domicílio da proteção social básica.** 2020. 131 f.: il. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Teresina, 2020. p.13-81.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **In: Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Brasília, nº 3, p. 33-40, jan./jul.2001

PROMOÇÃO



APOIO

